

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
I. Contextualização .....	1
II. Apresentação do problema e dos objetivos.....	4
III. Relevância do trabalho .....	10
IV. Delimitações, terminologia e método.....	15
<b>Capítulo 1. Dados Pessoais de Interesse Público: a Tensão entre Finalidades Públicas e Privacidade de Dados .....</b>	<b>25</b>
1.1. Definição e valor dos dados pessoais .....	25
1.1.1. Valor econômico, social e potencialidades .....	30
1.1.2. Análise comportamental, inferências e perfis .....	35
1.2. Finalidades públicas, políticas públicas e dados pessoais .....	41
1.2.1. Tecnologias, <i>Big Data</i> e Governo Inteligente .....	44
1.2.2. Multiplicidade de fontes e finalidades de interesse público....	53
1.2.2.1. Bancos de dados de interesse público .....	56
1.2.2.2. Reutilização, uso compartilhado e interoperabilidade ....	59
1.2.3. Dados abertos e privacidade .....	68
1.2.4. Riscos coletivos à privacidade: a democracia está em risco? .....	71
<b>Capítulo 2. Direito à Proteção de Dados e o Princípio da Limitação de Finalidade .....</b>	<b>79</b>
2.1. O direito à proteção de dados pessoais .....	79
2.1.1. Da privacidade à proteção de dados pessoais .....	79

2.1.1.1. Proteção de dados como direito fundamental .....	82
2.1.1.2. Autodeterminação informativa .....	85
2.1.2. A proteção de dados no Direito da União Europeia.....	90
2.2. O princípio da limitação de finalidade .....	99
2.2.1. Princípios gerais de proteção: a primeira fronteira da legalidade .....	100
2.2.2. Princípio da finalidade ou da limitação de finalidade .....	104
2.2.2.1. Especificidade, Legitimidade e Explicitação .....	112
2.2.2.2. Transparência e Informação .....	119
2.2.2.3. Limitações ao tratamento posterior .....	123
2.2.3. A limitação de finalidade desafiada: das críticas à reafirmação do princípio .....	127

### **Capítulo 3. Disciplina do Tratamento de Dados**

#### **Pessoais pelo Poder Público no Direito Brasileiro ..... 141**

3.1. Retrato do direito brasileiro até a LGPD.....	141
3.2. A superveniência da LGPD no Brasil – Lei n. 13.709, de 2018 ....	151
3.3. Fundamentos e requisitos do tratamento pelo Poder Público.....	158
3.3.1. Finalidade pública e interesse público .....	161
3.3.1.1. Execução de políticas públicas .....	166
3.3.1.2. Competências legais e atribuições legais do serviço público .....	174
3.3.1.3. Outras bases legais: consentimento e legítimo interesse ....	179
3.3.2. Situações de uso compartilhado pelo Poder Público .....	181

3.3.2.1. Descentralização administrativa e uso compartilhado com entes privados .....	186
3.3.2.2. Disseminação e acesso pelo público em geral.....	191
3.3.2.3. O Decreto Federal n. 10.046, de 2019.....	191
3.3.3. Finalidades excluídas da LGPD .....	195
3.3.4. Aplicação dos princípios gerais de proteção .....	197
3.4. A dissonância do paradigma europeu: insuficiências da LGPD?.....	199
3.5. Há limites à reutilização para fins de interesse público? .....	212

**Capítulo 4. Limitação de Finalidade Aplicada ao Poder Público: Controle de Legalidade da Reutilização para Fins de Interesse Público.....227**

4.1. Requisitos do princípio da finalidade aplicados ao Estado .....	227
4.1.1. Especificação de finalidade e o princípio da legalidade .....	230
4.1.2. Limitações ao tratamento posterior: o teste de compatibilidade no setor público.....	247
4.1.2.1 Vinculação entre finalidades .....	256
4.1.2.2. Previsibilidade, contexto e expectativas legítimas .....	258
4.1.2.3. Natureza dos dados, consequências e salvaguardas.....	262
4.1.2.4. Abertura para novos critérios e abordagens de compatibilidade .....	264
4.1.2.5. Necessidade de novo fundamento legal? .....	274
4.1.3. Finalidades históricas, científicas e estatísticas: compatibilidade outorgada por lei .....	276
4.1.4. Exceções ao requisito de compatibilidade.....	282

4.1.4.1. Tratamento posterior com base no consentimento renovado .....	283
4.1.4.2. Tratamento posterior com base em uma lei especial .....	287
4.1.4.3. Tratamento posterior de dados de acesso público.....	292
4.1.4.4. Tratamento posterior para fins de autoridade pública (exclusões da LGPD).....	299
4.2. Controle de legalidade da reutilização para fins de interesse público .....	307
4.2.1. Controle de finalidades e limites intrínsecos .....	309
4.2.2. Teste de legalidade da reutilização para fins de interesse público.....	310
4.2.2.1. De volta ao centro do debate: mudança proporcional ou desvio de finalidade? .....	314
4.2.2.2. Proporcionalidade: ponderação entre princípios, direitos e restrições .....	322
4.2.2.3. Transparência como pressuposto do controle .....	327
4.2.2.4. Instrumentos da “ <i>regulação de risco</i> ” .....	330
4.2.2.5. Medidas de proteção e segurança ( <i>salvaguardas</i> ) .....	344
4.2.3. Direito à oposição aplicado ao Poder Público .....	353
4.2.4. Governança, processo administrativo e responsabilização .....	356
<b>Conclusão .....</b>	<b>373</b>
<b>Referências .....</b>	<b>393</b>